

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 169.544 - RJ (2019/0349700-2)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
SUSCITANTE : **JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE SANTA MARIA MADALENA - RJ**
SUSCITADO : **JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE NOVA FRIBURGO - SJ/RJ**
INTERES. : **CONSELHO REGIONAL DE FARMACIA DO EST DO RIO DE JANEIRO**
ADVOGADO : **MARIA DE FÁTIMA BESERRA DUARTE - RJ042725**
INTERES. : **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA MADALENA**
PROCURADOR : **JOSÉ OTÁVIO SOARES GONÇALVES JÚNIOR - RJ117365**

DECISÃO

Trata-se de Conflito Negativo de Competência instaurado entre o JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE SANTA MARIA MADALENA - RJ, suscitante, e o JUÍZO FEDERAL DA 1ª VARA DE NOVA FRIBURGO - SJ/RJ, suscitado.

De acordo com os autos, o Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio de Janeiro ajuizou Execução Fiscal, postulando a cobrança de débito representado por certidão de dívida ativa, em face do Município de Santa Maria Madalena.

A ação foi originariamente proposta perante o Juízo Federal da Seção Judiciária de Nova Friburgo. Contudo, o feito foi remetido ao Juízo de de Direito de Santa Maria Madalena, ao fundamento de que a demanda deveria tramitar no juízo de domicílio da parte executada (fls. 19/20e). Consignou que "o executado tem domicílio fora da Subseção, não tendo nenhuma relação domiciliar com a cidade de Nova Friburgo, sede deste Juízo, razão pela qual, segundo dito acima, a competência para a presente demanda não é deste Juízo Federal" (fl. 20e).

O Juízo de Direito da Vara de Santa Maria Madalena, por sua vez, declinou de sua competência, e suscitou o presente Conflito (fl. 32/34e), por entender que "não é o competente para processar e julgar a presente Ação com o fim da competência residual prevista na Lei nº 5.010/1966, considerando, ainda, o disposto no art. 113 do CPC".

Assiste razão ao Juízo Suscitante.

Conheço do Conflito, porquanto se trata de controvérsia instaurada entre Juízes vinculados a Tribunais distintos, a teor do que preceitua o art. 105, I, d, da Constituição da República.

De início, verifica-se que a presente Execução Fiscal foi proposta em anteriormente à vigência Lei 13.043/2014.

Assim, tendo o Juízo suscitado declinado de sua competência com fundamento no domicílio do executado, aplica-se ao caso o entendimento da Primeira Seção do STJ que, ao julgar, sob o rito do art. 543-C do CPC/73, o Recurso Especial 1.120.276/PA (Rel. Ministro LUIZ FUX, DJe de 01/02/2010), proclamou que a

competência para a propositura da Execução Fiscal subsume-se aos foros concorrentes explicitados no art. 578 do CPC/73, **in verbis**:

"Art. 578. A execução fiscal (art. 585, VI) será proposta no foro do domicílio do réu; se não o tiver, no de sua residência ou no do lugar onde for encontrado.

Parágrafo Único. Na execução fiscal, a Fazenda Pública poderá escolher o foro de qualquer um dos devedores, quando houver mais de um, ou o foro de qualquer dos domicílios do réu; a ação poderá ainda ser proposta no foro do lugar em que se praticou o ato ou ocorreu o fato que deu origem à dívida, embora nele não mais resida o réu, ou, ainda, no foro da situação dos bens, quando a dívida deles se originar."

Consectariamente – consoante restou decidido pela Primeira Seção desta Corte, no supracitado Recurso Especial repetitivo –, o devedor não tem assegurado o direito de ser executado no foro de seu domicílio, salvo se nenhuma das espécies do parágrafo único do aludido artigo se verificar.

Em conformidade com a supracitada orientação, a Súmula 33/STJ enuncia que "a incompetência relativa não pode ser declarada de ofício".

Nesse sentido:

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. DOMICÍLIO DO DEVEDOR. COMPETÊNCIA TERRITORIAL. INCOMPETÊNCIA RELATIVA NÃO PODE SER DECLARADA DE OFÍCIO. SÚMULA 33/STJ. AUSÊNCIA DE EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA. SÚMULA 58/STJ.

1. O foro competente para o ajuizamento da execução fiscal será o domicílio do réu, consoante a disposição contida no artigo 578, caput, do Código de Processo Civil. Por se tratar de competência relativa, a competência territorial não pode ser declarada *ex officio* pelo Juízo. Esse entendimento se consolidou com a Súmula 33 do Superior tribunal de Justiça, *in verbis*: 'A incompetência relativa não pode ser declarada de ofício.'

2. Na hipótese de execução fiscal proposta fora do domicílio do devedor, compete exclusivamente ao executado se valer da exceção de incompetência, para afastar a competência de Juízo relativamente incompetente.

3. Ademais, a posterior mudança de domicílio do executado não influi para fins de alteração de competência, conforme teor da Súmula 58 do Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*: 'Proposta a execução fiscal, a posterior mudança de domicílio do executado não desloca a

competência já fixada.'

4. Conflito de competência conhecido para declarar a competência do Juízo Federal de Sinop - SJ/MT, o suscitado" (STJ, CC 101.222/PR, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 23/03/2009).

"CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL AJUIZADA FORA DO DOMICÍLIO DO RÉU. INCOMPETÊNCIA RELATIVA DECLARADA DE OFÍCIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 33/STJ.

1. O art. 578 do CPC preceitua que a execução fiscal será ajuizada no foro do domicílio do réu. Não obstante isso, tem-se que **a competência territorial é relativa, só podendo a incompetência ser argüida por meio de exceção (CPC, art. 112).**

2. Realizada a escolha e ajuizada a ação, restou definida a competência do Juízo Federal da Vara Agrária e Ambiental (CPC, art. 87), não podendo ser reconhecida *ex officio* eventual incompetência do juízo, conforme enunciado da Súmula 33/STJ.

3. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo Federal da Vara Agrária e Ambiental da Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina, suscitado" (STJ, CC 94.729/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 06/10/2008).

"PROCESSO CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL - EXECUÇÃO FISCAL - CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA - NÃO-LOCALIZAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA EXECUTADA NO ENDEREÇO INDICADO - DECLINAÇÃO DA COMPETÊNCIA PARA O ENDEREÇO DO SÓCIO RESPONSÁVEL - IMPOSSIBILIDADE - COMPETÊNCIA TERRITORIAL SÓ ARGÜIDA POR MEIO DE EXCEÇÃO - PRECEDENTES.

1. Na linha dos precedentes desta Corte, **a competência se estabelece no momento da propositura da ação.** (arts. 87 e 578 do CPC).

2. Não há distinção a ser feita apenas por se tratar de execução fiscal movida em face de pessoa jurídica não encontrada no endereço indicado para citação.

3. **Não pode a execução ser redirecionada de ofício ou a requerimento da exeqüente para o domicílio de representante legal da executada.**

4. **Competência territorial, que é relativa, só se altera com ação**

declinatória de foro (art. 112 CPC) a ser movida pelo executado. Leitura dos verbetes 33 e 58 do STJ.

5. Permanece competente o juízo suscitado, onde a ação foi inicialmente proposta.

Agravo regimental improvido" (STJ, AgRg no CC 33.052/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, PRIMEIRA SEÇÃO, DJU de 02/10/2006).

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. REDIRECIONAMENTO CONTRA SÓCIO-GERENTE. MUDANÇA DE FORO. ARGÜIÇÃO DE OFÍCIO. IMPOSSIBILIDADE.

1. **A competência territorial é relativa, sendo defeso ao órgão julgador declarar sua incompetência de ofício, que só poderá ser reconhecida por meio de exceção oposta pelo réu/executado, a teor do que preceitua o enunciado da Súmula 33/STJ.**

2. **A competência é determinada no momento em que se propõe a ação, sendo irrelevante qualquer modificação posterior no estado de fato ou de direito**, ressalvadas as situações que envolvem alteração da competência em razão da matéria ou em razão da hierarquia.

3. O redirecionamento da execução contra sócio-gerente da pessoa jurídica executada não é causa suficiente para alterar-se a competência territorial fixada com a propositura da ação, a menos que a parte interessada tenha manejado o incidente de exceção, que, julgado procedente, afastará a *perpetuatio jurisdictiones*.

4. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo Federal da 5.^a Vara da Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo, o suscitado" (STJ, CC 41.288/SP, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, DJU de 23/08/2004).

Ante o exposto, conheço do Conflito para declarar competente o JUÍZO FEDERAL DA 1^a VARA DE NOVA FRIBURGO - SJ/RJ (suscitado), para o julgamento da lide.

I.

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora